

Representações Sociais da Mulher Marajoara sobre Ser mulher negra e as reverberações de sua identidade social

Social Representations of the Marajoara Woman about Being a Black Woman and the reverberations of her social identity

Joana Neves*

Camila Brito**

Resumo: O estudo investiga as Representações Sociais da Mulher Negra universitária sobre os *Sentidos de ser mulher negra e identidade social*, com base teórica das Representações Sociais de Moscovici (1978; 1979; 1999; 2007) Jodelet (2001) (re)construídas a partir da Teoria Ego – Ecológica de Zavalloni (1980) Atrela a discussão do autorreconhecimento de cor-raça da mulher marajoara negra aos debates de autores como Munanga (2006) Akotirene (2019) e Gomes (2002) sobre a identidade da negritude. Os dados obtidos por meio de entrevistas semi estruturadas apresentam como resultados parte da categoria da Identidade Conhecida estudada pela Teoria Ego-ecológica em três fases. Provocam a partir dos discursos das participantes representações sociais acerca de uma identidade social construída numa base familiar e em um ambiente universitário, havendo a necessidade de representações de cada sujeito acerca de si mesmo para que se perceba como resultado do meio.

Palavras-chave: Representações sociais. Mulher negra. Mulher marajoara.

Abstract: The current study aims to study the Social Representations of Black University Women on the Meanings of Being a Black Woman and Social Identity, based on the theoretical basis of the Social Representations by Moscovici (1978; 1979; 1999; 2007) Jodelet (2001) (re)constructed from the Ego Theory by Ecological Zavalloni (1980). This study is associate the discussion of the self-recognition of race of the black Marajoara woman about the debates of authors such as Munanga (2006) Akotirene (2019) and Gomes (2002) on the

* Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará, Mestre em Educação pela Universidade Federal do Pará e Doutora em Educação pela Universidade Federal do Pará. Pós-Doutorado no Programa de Pós Graduação em Sociedade e Qualidade de Vida pela Universidade do Oeste do Pará. Atualmente é professora efetiva da Universidade Federal do Pará e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes da Amazônia.

** Mestre em Linguagens e Saberes na Amazônia (PPLSA-UFPA). Especialista em Gestão de Unidades de Informação (IPGC). Bacharel em Biblioteconomia (UFPA). É Bibliotecária - Documentalista da Universidade Federal do Pará na Biblioteca Central (Campus Belém).

identity of blackness. The data obtained through semi-structured interviews present as results part of the Known Identity category studied by the Ego-ecological Theory in three phases. From the participants' speeches, they provoke social representations about a social identity built on a family basis and in a university environment, with the need for representations of each subject about himself so that he can perceive himself as a result of the environment.

Keywords: Social representations. Black woman. Marajoara Woman.

Introdução

O presente estudo visa analisar as Representações Sociais das mulheres negras marajoaras sobre ser mulher negra e suas reverberações em suas identidades individuais e coletivas como mulheres negras.

Partimos da premissa que as identidades coletivas das mulheres negras e suas representações em sociedade, se (re)constroem ao longo da história brasileira, transitando na relação entre a construção de papéis sociais vivenciados em torno de sua trajetória e dos valores (campo simbólico) constituídos e constituidores dessas experiências vividas de mulher e negra simultaneamente. O que implica elucidar que são valores que atrelam as questões étnico-raciais ao gênero, implicadas em contextos sociais específicos, onde ela não é oprimida, por ser mulher de um lado, e, de outro, enquanto negra, mas é, antes, oprimida enquanto mulher negra. [...] mulheres negras, frequentemente experienciam discriminação dupla – os efeitos combinados de práticas que discriminam com base na raça, e com base no sexo. E, às vezes, experienciam discriminação como mulheres negras – não a soma de discriminação de raça e de sexo, mas como mulheres negras (CRENSHAW, 1989, p. 14)

Com tamanha intensidade representativa, a questão da identidade coletiva da mulher negra vai além do nosso século, carrega um viés histórico, marcados por representações preconceituosas que continuam as inferiorizado e naturalizando suas condições sócio econômicas, o que as coloca ainda à mercê da sociedade em funções subutilizadas e de baixa demanda educacional. Como caracteriza Oliveira (2019, p. 1), essas mulheres são as mesmas que saíram das senzalas mas que continuam marginalizadas nas bordas do país, periferias onde

se concentram a maior população negra. Estão na beira da beira dos direitos, onde a dor passa do singular para o plural e a força particular encontra a coletiva”.

Desse modo, se faz necessário compreender a posição da mulher negra da sociedade atual, onde ela é a neta da lavadeira, a filha da doméstica, a menina que aprende desde cedo a se virar sozinha sem a presença do pai. Essas mulheres descendem de lutas históricas e ancestrais por liberdade, desde as senzalas até a atual escravidão moderna que em pleno século XXI necessita de combate às desigualdades de oportunidades perante o sexo, raça e classe e de reconhecimento da existência da exclusão social, do racismo e da falta de políticas públicas para combater a todo e qualquer tipo de violência e discriminação e principalmente a diminuição de representações e estatísticas negativas reveladas pelo tom de pele.

Ao indicar este panorama sociocultural feminino negro, destacamos conjunturas constituidoras de representações que possuem impulso para nos fazer questionar as mudanças ocorridas através do tempo, em termos diacrônicos¹, no interior das próprias representações e no pensamento social mais amplo que possam expressar evolução nos papéis de mulheres negras em sociedade. Destarte toda a discussão feita, a respeito das ressignificações da mulher negra, construídas por essas mulheres, estão ligadas a valorização do seu sentimento de pertencimento desenvolvido doravante às diferentes condições a que são impostas, sejam sociais, culturais, emocionais, físicas e sobretudo étnicas que possibilitam a auto identificação de forma positiva com a negritude.

Segundo Gomes (2002), a construção de uma identidade positiva é um processo gradativo a partir de um movimento envolvendo diversas variáveis com causas e efeitos, iniciando as primeiras relações em seu grupo social mais íntimo, a partir de contatos pessoais que se estabelecem permeados de sanções e afetividades onde são elaborados os primeiros ensaios de uma futura visão de mundo. Nesse processo relacional entre o eu-outro-social que se configura o processo simbólico de autoidentificação, a antropóloga Gonzalez (1988) a partir das ideias de Simone de Beauvoir, comenta que:

¹ Relativo ao estudo ou a compreensão de um fato ou de um conjunto de fatos em sua evolução no tempo.

[...] quando esta [Simone de Beauvoir] afirma que a gente não nasce mulher, mas que a gente se torna (costumo retomar essa linha de pensamento no sentido da questão racial: a gente nasce preta, mulata, parda, marrom, roxinha, etc., mas tornar-se negra é uma conquista). Se a gente não nasce mulher, é porque a gente nasce fêmea, de acordo com a tradição ideológica supracitada: afinal, essa tradição tem muito a ver com os valores ocidentais. (GONZALEZ, 1988, p. 2).

Assim, pode-se dizer que a condição identitária das mulheres negras estão relacionadas às formas pelas quais se auto reconhecem e se constituem na dinâmica entre o Eu-Indivíduo, o Outro e o Meio social à sua volta. Reiteram-se os debates acerca das suas realidades vividas, perpassando por relações de poder onde elevam as rupturas das características idealizadas do que é ser mulher e negra.

Nessa lógica, este estudo assume a perspectiva teórica que as construções das representações sociais intervém na forma como os conhecimentos são assimilados e construídos no desenvolvimento dos indivíduos e da coletividade, que por sua vez estão relacionados com a expressão dos grupos e as possibilidades de transformação social da realidade, como ocorre no caso das representações das mulheres que, mesmo imersas a realidades hegemonicamente patriarcais na sociedade brasileira, vêm obtendo conquistas de direitos ao longo dos séculos – desde o direito ao voto em 1827 à criminalização da importunação sexual em 2018.

Assim, no sentido de compreendermos os processos constituidores do “ser negra” das mulheres amazônidas, em particular, das mulheres da Amazônia marajoara - ilha de Soure -Arquipélago do Marajó, estado do Pará - analisaremos a partir da ótica das Representações sociais de Serge Moscovici (2007) *os sentidos de ser mulher negra e as reverberações em suas identidades social*. Para tanto, investigaremos em que circunstâncias são produzidas estas representações; quais os sentidos e significados resultam do entendimento do “ser negra”; e quais as repercussões de uma identidade social negra na sociedade.

1 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E PROCESSOS IDENTITÁRIOS: ELEMENTOS AFETIVOS, MENTAL E SOCIAL

Jodelet (2003) destaca a complexidade em elaborar e conceituar as Representações Sociais (RS 's) e o tratamento de seus fenômenos em articulação ao debate das construções das identidades sociais. Como forma de conhecimento prático, as Rs's apresentam em sua constituição, três elementos fundamentais: **Afetivo**: proteção e legitimação de identidades sociais; **Mental**: familiarização com a novidade – sentimento de pertencimento; **Social**: orientação das condutas e das comunicações.

Jodelet (2001) ainda aponta que o estudo das RS's requer do pesquisador a compreensão do comportamento psíquico, ou seja, de como estes elementos afetam e são afetados pelas representações construídas coletivamente pois, para a autora, as RS's estão em uma posição mista de cruzamentos de conceitos sociológicos e psicológicos...

[...] as representações sociais devem ser estudadas articulando elementos afetivos, mentais e sociais, de modo integrado à cognição, à linguagem e à comunicação, levando em consideração as relações sociais que afetam as representações e a realidade material, social e ideal sobre a qual devem intervir. (JODELET, 1989, p. 58)

A partir dessa compreensão das RS's, implica-se dizer que as representações, são fenômenos cognitivos que concebem ou não o sentimento de pertença social do indivíduo. Dito de outra forma, as Rs's originam implicações afetivas e normativas (sociais) no sujeito. Ao caminhar neste pensamento, Spink (1993), destaca que a função afetiva se consolida como uma construção do sujeito enquanto ser social na percepção de si com as pessoas e com o ambiente (sociedade), não sendo apenas produto ou produtor de determinações comuns, pois estas estão sempre a se reconstruir contextualizadas, resultantes das condições em que surgem e que circulam na sociedade, como forma da manutenção das identidades ameaçadas. Faz-se entender que :

[...]a ênfase dada à função cognitiva, por mais que procure preservar a realidade vivida e não reduzir a elaboração das representações a processos cognitivos, acaba por privilegiar tais processos. Já a função afetiva de proteção de identidades nos remete à dinâmica da interação social e, mais especificamente, à elaboração de estratégias coletivas ou individuais para a manutenção das identidades ameaçadas. (SPINK, 1993, p. 306).

As concepções acerca destes elementos trazidos por Jodelet (1989) e Spink (1993), são também destacadas por Serge Moscovici e Maria Zavalloni (1984/1987) indicando um maior esforço cognitivo no processo de divergência nas interações sociais, em que:

[...] Surge uma questão a respeito de eventuais diferenças entre a posição atitudinal de um grupo e dos indivíduos que o compõem. A natureza de tais diferenças, se houver, também precisa ser determinada. Se alguém extrapolasse o efeito da interação do grupo a partir dos resultados obtidos em estudos de normas de julgamento, um "nivelamento" de atitudes poderia ser previsto.[...] pode-se esperar que a interação social entre indivíduos onde há divergência de opinião sobre um assunto importante requer maior esforço cognitivo e gere conflito e ansiedade (MOSCOVICI; ZAVALLONI, 1969, pp-125; 132)

Nessa lógica, os sentimentos e afetos são considerados como estímulos aos símbolos inscritos na tradição, na cultura, nos comportamentos etc, nos quais os indivíduos os vivenciam e os reconhecem como parte da sociedade e da construção desta. Ressalta-se que esse processo, mesmo manifestado cognitivamente não se reduz a estes elementos pois, são elaborados e compartilhados socialmente e contribuem para a construção da identidade social de cada indivíduo, dentro de uma realidade comum possibilitada pela comunicação. (SPINK, 1993).

Para Jovchelovitch (2000, p. 22), esse processo se justifica na medida em que “a representação é uma estrutura de mediação entre o sujeito-outro e sujeito-objeto. Ela se constitui enquanto trabalho, ou seja, a representação se estrutura através de um trabalho de ação comunicativa que liga sujeitos a outros sujeitos e ao objeto-mundo”. Sendo assim, conhecer os saberes e os processos para a construção de RS’s é fundamental para a compreensão das dimensões cognitivas, afetivas e sociais de cada indivíduo, grupo e sociedade, bem como para a compreensão da construção das identidades sociais, ou seja, para a compreensão dos sujeitos constituidores de ações relacionadas às crenças, valores, saberes e relações sociais em grupo.

Por este ponto de vista a identidade de uma mulher negra se estrutura sob uma construção social complexa, que resulta na identidade individual, considerando fatores psicológicos e sociológicos que influenciam diretamente na construção identitária a partir da inter-relação individual - social. Trata-se de um processo permanente de construção, pois um indivíduo vive em plena interação, não somente com outros sujeitos, mas, com a natureza e suas transformações. De acordo com Jacques (2001) compreender identidade implica necessariamente na articulação de dimensões que são aparentemente contraditórias, pois se encontram avessas ao pensamento formal com o qual estamos habituados, explicitados pelas noções de individual /social, estabilidade /transformação, igualdade /diferença, unicidade/totalidade, fatores estes que implicam em compreender a identidade.

[...] como constituída na relação interpessoal (eu, não-eu, eu-grupo) a partir da inserção do indivíduo no mundo social e através da sua identidade que se substantiva e se presentifica como atributo do eu: eu sou trabalhador – substantivo–porque exerço a atividade de trabalhar–verbo (JACQUES, 2001, p. 165)

Andrade (2000, p.147), também apresenta um conceito de identidade como representação do papel social do sujeito, no qual ela é compreendida como “multidimensional e sincrética, apresentando um caráter dinâmico causando dificuldade na sua delimitação”. Logo, a identidade individual pode ser apreendida como processo negociável dentro de um movimento, onde se confronta as representações socialmente criadas para certos sujeitos e grupos e as representações (representações de um objeto ausente) se acionadas e executadas por eles próprios como forma de inserção naquele grupo.

A identidade é percebida através da representação de si mesmo, sendo sempre a representação de um objeto ausente – si mesmo, sendo assim a identidade responde à pergunta: ‘quem és’... A ‘identidade do eu’ se dá a partir da igualdade com os outros e das diferenças em relação aos outros, incorporada por unidades simbólicas mediadas pela socialização (HABERMAS, 1990).

Compreende-se, portanto, que as identidades funcionam como pontos identificadores balizados por sua capacidade de exclusão e transformação do diferente em 'externo' ao objeto investigado, possuindo necessidade daquilo que lhe falta para que possa ser construída. À vista dessa discussão, é necessário o construto de uma teoria que explique e descreva esse processo de construção de identidade, por conseguinte pode-se dizer que tanto as RS's quanto a identidade social do indivíduo estão intimamente ligadas às condições que este se comporta em sociedade e define as representações mediante suas experiências e trocas interacionais. São duas formas expressivas de construção da realidade, passíveis de influência e de mudanças estando, ambas, numa constante movimentação de recriação de uma mesma realidade evidenciando normas e valores que direcionam a vida do(s) indivíduo(s), os relacionando entre si e potencializando trocas de sentidos e significados no que diz respeito às suas práticas socioculturais.

Considera-se para tal estudo, qual seria a identidade social da mulher negra marajoara, numa realidade específica da Amazônia, possuindo singularidades carregadas de histórias de exploração, de lutas, mas também de vitórias. Desta forma, esta pesquisa traça um perfil específico das participantes a ser trabalhado, considerando seu gênero, cor, origem, classe social e ambiente. Como apresenta Pacheco (2014), a mulher marajoara possui algumas características oriundas de um determinado espaço de existência, mulheres marcadas pelo silenciamento e resistências que subvertem os modos de ser e viver do regime patriarcal marajoara. Mulheres atravessadas pelas condições sociais e econômicas que por sua vez estão atreladas a sua cor de pele na maioria das ocorrências.

Entende-se que a amostra de uma pesquisa é a parte representativa de um público a ser pesquisado que representa o total do universo do estudo, escolhida de acordo com critérios e/ou características em comum que contemplem os objetivos da pesquisa e que possam ser analisados metodologicamente (NETO, 1977).

2 CAMINHO METODOLÓGICO DAS REPRESENTAÇÕES

No intuito de atender os objetivos propostos, situamos esta pesquisa dentro do campo das Representações Sociais (RS's), utilizando o método da Teoria Ego-ecológica em sua concepção de Identidade Social articulando as teorias de Moscovici (1969; 1976; 1978; 1999; 2007), Denise Jodelet (2001; 2003) e Marisa Zavalon (1971;1973;1984;1987) com referências as concepções das RS's aliadas à construção da identidade social do indivíduo.

Esta pesquisa se desenvolve a partir de uma perspectiva teórica-metodológica que rompe com a dicotomia entre objetividade e subjetividade, permitindo a apreensão dos fenômenos psicológicos em sua dimensão social, ou seja, admite a compreensão do processo esquemático de regulação social que organiza o sistema cognitivo dentro de um determinado contexto passando dessa maneira, pelas explicações das variâncias individuais e coletivas, orientações de comportamentos e atitudes, apresentando desta forma, não uma delimitação, mas a pluralidade de possibilidades.

Assim, na articulação dos campos teóricos entre os estudos sobre o processo de construção de identidade social e a representação social da mulher reconhecidamente negra, parte-se da premissa que todo discurso é situado e que as participantes discursivas estão sujeitas a serem posicionadas na história e na cultura da Amazônia marajoara a partir de uma posição ou de um lugar, ou seja, o discurso é intermediado pelo que as pessoas pensam que são e pelo que pensam que os outros sejam (MOITA LOPES, 2002), logo, é mediado, por que “todo discurso provém de alguém que tem suas marcas identitárias específicas que o localizam na vida social e o posicionam no discurso de um modo singular assim como seus interlocutores”. (MOITA LOPES, 2003, p. 19).

Considera-se ainda que a representação social é sempre representação de alguma coisa (objeto) e de alguém (sujeito), elas são construídas pelas relações humanas com o ambiente. Dessa maneira, a forma como as mulheres negras desta pesquisa, originárias da Amazônia marajoara tiveram suas RS's construídas ao longo da história, revelam traços característicos de um autorreconhecimento de sua condição de gênero e de cor e da construção de uma identidade marcada pelo ambiente em que vivem e que se relacionam, transcendem as marcas de cultura e de condições socioeconômicas da realidade amazônica marajoara.

A identidade social por sua vez, refere-se aos conceitos que o indivíduo desenvolve de si mesmo e que são derivados de sua afiliação em categorias e grupos, que se tornam emocionalmente importantes para ele. (FERNANDES & ZANELLI, 2006). Nessa percepção, a identidade social é “construída pela ação conjunta (grifo nosso) de participantes discursivos, e práticas discursivas situadas na história, na cultura e na instituição”. (MOITA LOPES 2002, p. 58). Nesta direção a definição de si mesmo, é extremamente importante para a construção de uma identidade social. Identificar (-se) socialmente é um processo de alguém se localizar ou localizar outra pessoa dentro de um sistema de categorizações sociais; mas define simultaneamente a identidade social como a soma total das identificações sociais usadas por uma pessoa para definir a si própria. Assim, a maneira pela qual alguém é definido por outros influencia sua auto identidade em algum grau. (TURNER, 1982 *apud* FERNANDES & ZANELLI, 2006, p. 60).

Posto isso, com o objetivo de compreender o processo constituidor das mulheres marajoaras de serem negras, optamos por usar como estratégia metodológica a categoria da identidade conhecida da Teoria Ego- ecológica, construída a partir dos fundamentos da RS's, englobando três questionamentos: (quem sou eu? quem sou eu para os outros? e como me vejo?), estabelecendo conexão entre si de mediações onde o imaginário social do grupo se torna quase real, efetivando a materialização das RS's dentro de uma dimensão simbólica do contexto social do grupo.

Esses questionamentos relacionam-se com as questões internas e subjetivas das mulheres negras ao tentar se autoconhecer a partir de suas próprias representações carregadas da experiência de vida e da visão de si mesmas em que se questionam: - quem sou eu? quando estão expostas às representações dos outros enquanto ser social; - quem sou eu para os outros? quando analisam os seus próprios comportamentos a partir de suas relações inter e intrapessoais no ambiente que estão inseridas; - como me vejo? - e como os outros me veem de fato? quando as representações (re)criadas no contexto marajoara influenciam na construção de uma identidade.

Á vista disto, como estrutura de coleta de dados e de análise, organizamos os discursos das entrevistadas com base nas três fases da Identidade conhecida da Teoria Ego-ecológica: a primeira fase identificada como Forma sistemática, busca a complementação de frases a partir de estímulos eu, nós e eles; a segunda fase se constitui no processo de identificação das entrevistadas com os aspectos sociais, culturais, históricos, psicossociais e/ou políticos do objeto de investigação e finalmente a terceira fase, busca identificar os campos simbólicos onde se depositam as realizações, as atitudes, os projetos e os desejos do indivíduo, conforme quadro abaixo:

Quadro 01 – Fases da Identidade Conhecida

FORMA SISTÊMICA	COMPLEMENTAÇÃO DE FRASES	REPRESENTAÇÃO QUE O SUJEITO FAZ DE SI MESMO E DO(S) GRUPO(S) A QUE PERTENECE
As frases são completadas a partir de estímulos “eu”, “nós” e “eles” elencados na entrevista semiestruturada. Como por exemplo: “Como mulher negra eu me vejo...”; “como mulheres negras nós...”; “Como mulheres negras elas...”	Após a complementação de frases, a entrevista atrela os conteúdos citados à própria pessoa através da auto inclusão ou autoexclusão. Tal classificação gerará uma identificação específica com os aspectos sociais, culturais, históricos, psicossociais e /ou políticos do objeto de investigação. Nesse momento pergunta-se ao entrevistado se ele se identifica (auto inclusão) ou não (auto exclusão) com os conteúdos citados por ele.	No terceiro momento retorna-se ao conteúdo produzido e solicita-se a entrevistado que classifique as características em atitudes positivas ou negativas para observar os campos simbólicos onde se depositam as realizações, as atitudes, os projetos e os desejos do indivíduo.

Fonte: Zavaloni, 1973

Partindo dessa análise que as condições de gênero, classe e cor emergem a partir de inquietações pessoais vividas pelas mulheres marajoaras, assim como sobre o papel de mulher negra atrelado às condições de território, refletindo as diferenças regionais e realidades singulares da Amazônia quando discutidas as relações de raça e identidade. A pesquisa foi realizada no período de 2019 a 2020, com base na delimitação da amostra a partir de coletas ocorridas em dois momentos da seguinte maneira: em meados de 2019, houve exposição da pesquisa às estudantes do Campus UFPA – Soure de maneira informal, onde foi apresentado o resumo da pesquisa e realizado o convite à comunidade para participação posterior. Já em 2020 – durante os cuidados sanitários devido à alta proliferação do Coronavírus (Pandemia -Covid-19) – foi enviado um questionário online via aplicativo de mensagens composto por questões básicas de identificação, como origem de nascimento, idade, cor de pele etc., para que pudéssemos conhecer as possíveis participantes e definir quais seriam convidadas a participar ativamente da pesquisa de acordo com o perfil definido: Mulher / negra / marajoara / universitária. O compartilhamento do questionário aconteceu no período de **03** de junho de 2020 a **30** de junho do mesmo ano e nesse período foram recebidas **16** respostas de um total de **20** solicitações. Para Lakatos & Marconi (2003), o questionário como técnica de coleta de dados indica algumas vantagens em seu uso, como por exemplo, economia de tempo pela rapidez que são respondidos assim como a velocidade de compartilhamento no formato online; abrangência simultânea da quantidade de pessoas; resultados mais precisos às perguntas, dentre outras.

Desta maneira, do total de **16** mulheres apenas **3** se propuseram a dar continuidade na pesquisa. Para melhor apresentar alguns dos dados mais relevantes das participantes desse primeiro procedimento de coleta, foram tabuladas algumas informações como poderemos ver a seguir, onde as participantes foram identificadas por letras. Vejamos as informações mais relevantes no Quadro 02:

Quadro 02 – Dados das participantes da pesquisa

NOME	IDADE	COR	RENDA	FILHOS
A	25	NEGRA	PRÓPRIA	NÃO
B	20	NEGRA	NENHUMA DAS ALTERNATIVAS	NÃO
C	34	NEGRA	NENHUMA DAS ALTERNATIVAS	SIM

Fonte: Autores, 2020 (baseado no questionário online)

2. 1 Análise dos dados

A análise dos dados se fundamenta nas três etapas de análise da Teoria Ego-ecológica articulando entre si as dimensões das Representações Sociais. As etapas analisam a Contextualização da identidade das sujeitas (Primeira Etapa), os Sentidos de si construídos (Segunda Etapa) e as Representações Identitárias – valores e graus de pertença ao grupo (Terceira Etapa), apresenta as estruturas de abordagem da pesquisa a partir da Ego – ecologia pelos processos de pertencimento através dos pólos positivo ou negativo, seja egomórfico ou alomórfico, concluindo na identificação positiva ou negativa das participantes no processo de compreender os valores atribuídos e representações assimiladas.

Dessa maneira, “a análise Ego-Ecológica permitiu compreender o sujeito e suas complexidades e paradoxos e as relações que estabelece no contexto da família, do trabalho, do lazer e nas situações sociais no espaço micro e macrossocial.” (MELLO & FUREGATO, 2011, p. 825), levando em consideração o ambiente em que o indivíduo está inserido e seu(s) grupo(s) identitário(s), a partir do seu vínculo com esse ambiente passando por relações do eu-outro para uma relação do eu - objeto, gerando representações (MOSCOVICI, 1976, p. 109). Partindo dessa concepção formada, apresentamos a análise dos dados agrupados de acordo com a organização do espaço elementar de Zavaloni (1971,1973,1984,1987),de acordo com as identificações identitárias das sujeitas nesta pesquisa, vejamos:

Quadro-03 – Resultados do espaço elementar

Polo Egomórfico Positivo	Polo Alomórfico Positivo
Polo positivo (auto – referência)	Polo positivo (hetero- referência)
Situação de: Dificuldade Sentimento de: Desejo de mudança do destino comum Necessidades financeiras Compromisso com a vida(mudar a trajetória)	1. Situação de: Pessoas negras X pobreza Ausência de direitos 2. Situação de: Rompimento com o ciclo da vida 3. Referente: escolha em estudar contrariando o destino traçado Sentimento de: conquista e luta por direitos
Situação de: autoidentificação como mulher preta Sentimentos de: conforto e orgulho conquista e incentivo enfrentamento e lutas	Expressão de oposição: Percepção de não pertencimento social Falta de oportunidade
Polo Egomórfico Negativo	Polo Alomórfico Negativo
Situação de: Pobreza Condição materna Opressão social Sentimento de: Destino comum Falta de escolhas	Referente com diferenciação negativa 1. Situação de: necessidade de trabalho precoce e apoio familiar 2. Situação de: Avaliação da capacidade pelo gênero Sentimentos de: teste individual Discriminação e inferioridade (relações de poder)

Fonte: Autores, 2021 (adaptado de Zavalloni, 1971,1973,1984,1987)

Através da aplicação do referido referencial teórico metodológico, foi possível observar os fatores facilitadores e limitadores da construção de uma identidade social e de representações sociais acerca de um fenômeno. Considerando os resultados alocados em cada polo, pudemos identificar a possibilidade de atribuição de valor positivo ou negativo sob determinado objeto. Assim, analisamos a seguir cada um dos polos, que nos permite conhecer a percepção de cada sujeita sobre si mesma e os outros, bem como as relações estabelecidas com o grupo de pertencimento e com os demais indivíduos de outros grupos com os quais se convive, vejamos:

- **Polo Egomórfico Positivo e Polo Alomórfico Positivo**

Nestes polos de referência, as participantes consideram o sentimento que têm em relação a sua condição de mulher negra autorreferenciando a cor de pele (situações) com as representações construídas (sentimentos). Quanto a isso, podemos elencar o pensamento do estigma da cor de pele utilizado como elemento marcador de discursos históricos, políticos culturais em que Fanon (2008) caracteriza como “processo epidérmico” do sistema colonial. O autor

ainda aponta o prejuízo da autoidentificação com a cor de pele realizada pelos próprios indivíduos, quando os processos discursivos colonizadores tentam reduzir os negros a partir de um esquema corporal de elementos fornecidos pela visão do outro: o branco.

Todavia, se faz necessário a construção de uma sociedade justa e igualitária com vistas à cidadania como direito real, que reconheça as diferenças e as diversidades de cada indivíduo social e que rejeite todo e qualquer artifício de discriminação e preconceito em todos os âmbitos sociais. Para isso, as sujeitas se auto reconhecem negras em um movimento de concepção de uma identidade de resistência que produz atores sociais que se encontram em posição ou condição desvalorizadas ou estigmatizadas pela lógica dominante (MUNANGA, 2006).

• **Polo Egomórfico Negativo e Polo Alomórfico Negativo**

Para estes polos, agora de forma negativa, predomina a autorreferência com as condições precárias vivenciadas pelas mulheres, em que a representação obtida diante de tais situações remetem a um sentimento de “perda” das suas identidades já que as mesmas classificam as situações vividas de forma negativa. Neste polo há uma sugestão de afirmação por parte das participantes às condições explicitadas, onde entende-se que mesmo não possuindo valores positivos à identidade, fazem parte da construção identitária de cada uma delas, apesar de contribuírem de forma negativa para sua construção social enquanto indivíduo. Para isto, Moscovici (1978) explica que o julgamento de cada indivíduo por questões raciais contribui para o distanciamento da identidade conhecida e até mesmo a “perda” desta, quando vítimas de racismo e de preconceito as participantes tentam se encaixar em padrões sociais na expectativa de serem aceitas, como alisar os cabelos por exemplo.

Percebe-se então que a construção da identidade está diretamente relacionada a essência da supremacia branca. Em que mesmo estas mulheres se autorreconhecendo negras e tomando isso para si como expressão de lutas, a dominação racista e sexista padroniza e eleva a brancura como efeito sobre a identidade de todos os povos dominados indicando que essa supremacia branca é responsável pelo alcance da cidadania como direito real e absoluto. .

Assim, as representações sociais reverberadas como sentimento é principalmente o desejo que elas possuem que as suas trajetórias fossem diferentes do círculo viciosa familiar em que estão inseridas, considerando as suas percepções de que as oportunidades não são iguais e portanto, se sentem deslocadas do grupo ao qual deveriam pertencer enquanto indivíduos sociais. Diante disso aponta-se como resultados a seguir as representações sociais (re)construídas apresentadas.

De acordo com a situação de identificação com a cor de pele se autorreconhecendo negras, as participantes apontam como RS's os sentimentos positivos de orgulho; conquista; representatividade e exemplo social como indivíduo. Enquanto sentimentos negativos, diante das situações da necessidade do trabalho precoce atrelado às questões financeiras da família, onde a opressão social as obriga a obter uma jornada dupla, as participantes possuem sentimentos realistas para elas e comuns quando apontam isso como “destino comum” defronte a inferioridade sentida e da falta de oportunidade ou até mesmo de escolha entre trabalhar e estudar. Ainda como representações sociais, agora com base nas situações de apoio familiar e a dificuldade em manter os estudos, as participantes indicam sentimentos de contrariedade no processo de autorreconhecimento quando se questionam se são ou não consideradas negras e preconceito até mesmo no seio familiar, para além da percepção de não pertencimento social diante das oportunidades diferentes consideradas mais difíceis de alcance e da validação da capacidade enquanto mulher negra universitária.

Considera-se a partir dessas análises, que cada indivíduo possui experiências particulares que geram percepções e compreensões diferentes acerca de um mesmo objeto investigado em relação aos demais e a seu mundo exterior, contribuindo ou não para que este sujeito obtenha o sentimento de pertença ao grupo o qual está inserido. Desta maneira, as representações sociais (re) construídas pelas participantes da pesquisa mostram que a identidade, o discurso e ação são categorias que se encontram resultantes da concepção de representações sociais entendendo que o ambiente exterior permite a integração do objeto com o indivíduo na conceituação e geração de novas representações. Diante disso, assimilam-se a indissociabilidade entre o sujeito e a sociedade, bem como o interno e externo evidenciando a relação entre sujeito e objeto,

diante da aceitação individual de uma realidade construída simbolicamente mediante representações (re)criadas a partir da relevância do contexto social, material e ideativo, onde esse sujeito consegue desenvolver ações individuais sociais e posteriormente coletivas em seu grupo.

Assim, a análise dos dados apontou que para o indivíduo social não há importância em apenas “viver” mas sim, “existir” em determinado grupo, possuindo valores, crenças e comportamentos oriundos de uma identidade compreendida a partir de sua identificação com seus semelhantes pois, partindo de suas interações sociais com os outros e o meio em que vive que este sujeito se identifica como ser social e constrói a sua individualidade com suas próprias representações que estarão sempre em um movimento de reconstrução mediante a ocorrência de trocas de experiências com o(s) grupo(s) ao(s) qual(is) possui sentimento de pertença e com os demais diferentes de si.

Neste sentido, através da Teoria Ego ecológica foi possível compreender de forma mais clara e individual cada sujeita da nossa pesquisa a partir de seu ambiente e de suas experiências e vivências onde compreende-se que a referida Teoria atende, enquanto vertente, às necessidades da Teoria das Representações Sociais, incluindo na construção dessas, o ambiente externo como fator de influência na concepção de uma identidade social e de posteriores representações acerca de um fenômeno como objeto investigado, se apresentando nesta pesquisa, como uma metodologia sistematizada, dinâmica e flexível, sempre objetivando conhecer e compreender o indivíduo, o seu contexto social e suas relações com si mesmo e com os grupos sociais de pertencimento.

Portanto, há concordância no discurso de Gomes (2002) quando salienta que a aceitação da mulher negra como tal perpassa por um processo de conscientização e de valorização da negritude, onde essa sujeita se reconhece em uma identidade construída a partir de elementos políticos – sócio - culturais representativos em que ela consegue se afirmar como tal e estabelece sentidos e significados em torno do sentimento de pertencimento a um grupo. Assim, a partir do lugar que esta pesquisa se desenvolve nos leva a refletir a respeito das identidades (re)construídas bem como as reverberações em torno das nossas sujeitas. O que nos leva a crer em nossas considerações que a compreensão do indivíduo enquanto ser social de direito, protagonista de sua própria história

para além das suas condições de gênero, raça e classe se consolida a partir do ambiente em que esse ser social está inserido.

Positivamente este estudo revela que a educação a partir da Universidade como espaço de interação e de conhecimento exerce um papel fundamental na construção das nossas participantes como sujeitas sociais, percebendo e (re)construindo sentidos e significados sobre si mesmas e sobre os outros, fortalecendo o seu autorreconhecimento de gênero e cor/raça e desmistificando a história que contaram delas para elas se tornando protagonista e contadoras de suas próprias histórias. Quanto ao autorreconhecimento enquanto mulher negra, as participantes nos apresentam um aprendizado que embora não diretamente indicado, é perceptível em suas narrativas quando nos contam as suas trajetórias, vivências e experiências expondo todas as dificuldades presenciadas e de que maneira elas conseguiram se transpor a estas barreiras para alcançar seu espaço na sociedade e na Universidade. Elas tiveram referências em suas próprias histórias, como por exemplo a mãe que ajudou a filha a estudar para que tivesse um futuro diferente do dela (círculo vicioso do patriarcalismo) bem como no apoio financeiro para que conseguisse permanecer e desenvolver sua trajetória acadêmica, mesmo que ainda assim tenha sido um caminho difícil.

A importância em evidenciar a identidade de mulheres negras marajoaras na condição de universitárias, incentiva o debate acerca da equidade de gênero e raça, pautadas nas discussões de enfrentamento da violência contra as mulheres negras ou mesmo a construção de um espaço em que elas possam conciliar a maternidade e a vida profissional. Quanto a sensação de pertencimento social, os sentidos e significados (re)construídos pelas nossas sujeitas desempenham um papel fundamental, mas bastante desafiador no que diz respeito ao se auto reconhecer como tal em um país racista como o Brasil, onde essa mulher tem que se preocupar em criar um ambiente seguro não somente das violências direcionadas ao seu corpo, mas também de suas emoções relacionadas a sua própria aceitação como mulher negra.

Assim, os discursos apresentados neste estudo mostram a necessidade do diálogo sobre ser mulher negra e universitária em uma realidade amazônica marajoara em que ainda há o reflexo da construção racial brasileira,

necessitando de insurgências acerca das temáticas de gênero e cor e raça da sua população feminina em discussões a partir da Universidade.

2.2 O contexto da mulher negra nas territorialidades da Amazônia marajoara : representações para além do corpo

A historiografia da Amazônia marajoara se constrói, reconhecendo em seus campos a presença negra escravizada e florestas com presença indígena, onde estes povos conceberam experiências e empreenderam na luta por sua existência física e cultural (PACHECO, 2016). Assim criou-se, as “Áfricas” marajoaras na Amazônia influenciando nas identidades de homens e mulheres negras onde suas matrizes afro indígenas estão sendo reinventadas ao longo da história regional. Nas palavras de Pacheco (2016, p.26)

Dentre as regiões para onde singraram esses filhos das Áfricas diaspóricas, a ilha e o arquipélago marajoara ganharam expressão por sua posição estratégica e potencialidade de suas terras para a criação e o plantio. Desta forma, espaços de fazendas de gado, engenhos de açúcar, roças de produção da farinha, matas de coletas de frutos nativos, tornaram-se palco de esforços, trabalho e vivências de negros da África que, juntamente com “negros da terra”, configuraram as faces da mão-de-obra duramente explorada ao longo dos séculos XVIII e XIX. (PACHECO, 2016, p. 26).

A forte presença das mulheres negras na história da Amazônia confunde-se com a intensidade das marcas do silêncio e das táticas por elas criadas para resistir, subverter e problematizar modos de ser e viver no regime patriarcal, enraizado e espreado, de diferentes formas em várias ressonâncias, por todo o território brasileiro. A condição de mulher negra amazônida se transporta das condições históricas desta população a diferentes realidades regionais. Mulheres marajoaras marcadas pela escravidão e exclusão escolar, atravessadas pela precariedade das condições econômicas, sociais e políticas do Arquipélago do Marajó, conforme descreve Herrero:

A região do Marajó apresenta baixos índices de desenvolvimento humano e acesso a políticas públicas. São 104 mil quilômetros quadrados, o equivalente a 8% do território do Pará, mas que concentram apenas 2% das ofertas de emprego. Ali estão cinco municípios dos 50 piores colocados no ranking do IDH brasileiro. Melgaço, por exemplo, está na última colocação. (HERRERO, 2016, p 2).

Destarte que a representação da mulher negra na cultura marajoara é registrada por importantes escritores da literatura paraense por meio de poesias, biografias, canções populares e em especial pelos romances, tendo como um dos principais autores e mais conhecidos na região, Dalcídio Jurandir, retratista da mulher negra marajoara. A representação da mulher negra em uma das mais importantes obras de Dalcídio “Chove nos Campos de Cachoeira” a imagem da mulher negra marajoara representada na personagem de Dona Amélia, “[...] negra, neta de escravos, trabalhava até então nos seringais em sua terra natal, mas em Cachoeira chegou como companheira do Major, com quem teve dois filhos: Alfredo e Mariinha” (JURANDIR, 1997, p. 78).) mulher negra que se “amasia” a um homem branco de boa posição social para sobreviver às condições de miséria, que faz do relacionamento a única chance de ter boas condições de vida. Uma realidade ainda vivenciada pela população da região de forma naturalizada em que apesar de ter sido retratada em Obras literárias condiz exatamente com a realidade da época deixando os resquícios para a sociedade atual.

Escritos que impulsionaram a posição negativa, inferior e merecedora de desdém da mulher negra principalmente por parte de seu próprio olhar para com seu corpo. Condições estas que ainda hoje, constroem (re)constroem a imagem das “meninas balseiras do Marajó”, que a princípio entram nas embarcações para venderem mercadorias como açaí, farinha, palmitos etc. mas que em muitos casos acabam por fazer programas sexuais em troca de dinheiro e / ou combustível. Atividades estas, costumeiras da região que acabam por “naturalizar” a maternidade aos 13, 14 anos de idade, tendo por fim sua infância roubada.

E desta maneira, a mesma literatura que embeleza a Amazônia marajoara também nos apresenta as condições das mulheres negras da região da Ilha do Marajó, evidenciando e reforçando para as gerações futuras as situações de discriminação vivenciadas por estas como resquícios da estrutura colonizadora que formou o país e sobretudo, as regiões que tiveram grande participação na escravização de povos africanos, trazendo na personagem de Dona Amélia, por exemplo, a condição duplamente fragilizada enquanto mulher e pobre, na região marajoara carregada com o estigma social inferior da cor, destinando-a à tríplice exclusão social: mulher, pobre e negra.

Ressalta-se que as dificuldades da região amazônica são muitas, mas quando tratamos de desigualdades sociais as aproximamos num mesmo eixo. As experiências vividas por mulheres da região amazônica marajoara, trazem à tona questões sociais, culturais e econômicas que refletem diretamente no sentimento de pertencimento, de identidade, e da relação com o lugar que faz parte da sua história. Se nos grandes centros urbanos a discussão relacionada a igualdade de gênero se fortalece constantemente, nas regiões de ilhas como o Marajó quase se não sabe de fato o que seria isso, visto que as condições que as mulheres marajoaras vivem estão baseadas nas ideologias do patriarcado que fundamentam a posição social delas como representadas nas mais diversas produções literárias sobre o Marajó.

A partir deste contexto que as mulheres amazônidas trazem a herança da “cor” como uma representação construída dentro de um cenário de contrastes regionais levando em conta as resistências penduradas nas questões étnico-raciais e inter regionais e socioeconômicas que devem ser levadas em consideração para a defesa de seus direitos. Algumas destas problemáticas são evidenciadas quando as mulheres negras (pretas e pardas), precisam deixar sua comunidade para ir para a cidade estudar e/ou trabalhar onde enfrentam o racismo, o machismo, violência doméstica e discriminação por seu gênero, classe e cor. A condição de mulher negra amazônida se transporta das condições históricas desta população a diferentes realidades regionais. Mulheres marcadas pela escravidão e exclusão escolar, atravessadas pela precariedade das condições econômicas, sociais e políticas da sua região, onde deve-se considerar estas condições para todo e qualquer estudo que se faça independentemente da área de conhecimento em que se anseie desenvolver e promover pesquisas equiparadas a realidade vivenciada e experimentada pelo sujeito foco.

Para além da herança discriminatória de cor, gênero e raça, elas lutam hoje de forma também urgente, contra a violência, não somente de seus corpos, mas de seus direitos ao trabalho, ao estudo e às condições socioeconômicas suficientes para que tenham uma vida digna. As mulheres negras marajoaras, se apoiam no sindicalismo para o reconhecimento delas como trabalhadoras rurais, com direito à posse de terras, à licença maternidade, créditos de Programas rurais e direitos previdenciários, conferindo-lhes a independência financeira. (HERRERO, 2016). Ainda faltam políticas públicas que orientem e

protejam coibindo as diversas formas de violência, mesmo em alguns municípios do arquipélago possuindo Delegacias da Mulher (DEAM), a cultura do patriarcado ainda fortalece as práticas de poder da masculinidade expressando que não somente seus corpos são violentados, mas também os seus direitos enquanto cidadãs que são.

A revista *Época* trouxe em 2015 intitulado “O que querem as mulheres da Ilha do Marajó?” por Thaís Herrero, onde uma das entrevistadas, Dona Raimunda, anuncia que as mulheres marajoaras precisam ser empoderadas sobre seus direitos. E isso não é apenas dizer que elas podem trabalhar, mas sim que sejam reconhecidas e possuem garantias de execução de suas atividades socioeconômicas, garantindo assim seu sustento. Muitas já atuam nos campos em atividades produtivas, onde também se tem a divisão das atividades pelo gênero, como por exemplo na pesca, onde as mulheres são responsáveis por separar os mariscos, considerando que é uma atividade onde se requer mais cuidado

Para além dos Campos Marajoaras, elas estão em todo lugar, principalmente no que rege a região amazônica marajoara em seus saberes tradicionais e em atividades representadas simbolicamente com a mulher na relação com a natureza e com o místico. Onde estes saberes tradicionais são passados de mulher para mulher (avó, mãe, tia etc.).

As benzedoiras têm uma longa história na região. Já no período colonial, a prática de benzer, curar e partejar era exercida por mulheres que tratavam principalmente de outras mulheres, em um mundo onde os médicos eram raríssimos. Suspeitas ou acusadas de curandeirismo e magia, essas mulheres sofriam perseguição tanto pelos inquisidores do Santo Ofício da igreja católica, como pelas autoridades civis[...] Tal perseguição era injusta, uma vez que, para ajudar os outros, apesar das suas limitações materiais, elas se utilizavam sim de refinados conhecimentos de medicina relativos à ortopedia, ginecologia e psicologia, entre outros (SOUSA; FREITAS, 2011, 18).

São mulheres com poucos anos de estudos, algumas mais idosas e que aprenderam seus saberes na prática com a mãe ou a avó, que por sua vez receberam de uma mulher mais velha. Possuem papel importante para a família que necessita de seus serviços justamente pela prática desse cuidado, além de que na maioria das vezes conhecem remédios, orações e rezas e outros segredos de cura fazendo parte da construção da realidade amazônica marajoara no contexto dos saberes tradicionais da região (PICANÇO, 2016).

Dessa forma, estudar as mulheres negras marajoaras, nos permite transcrever as suas histórias com suas próprias vivências e experiências que os autores brancos escreveram de acordo com seus anseios e estereótipos desejados da mulher negra brasileira e amazônica, tendo por objetivo até mesmo prejudicar sua imagem na possibilidade de construir um campo teórico embasado na visão do branco puro e superior. Portanto, queremos contribuir com a desmistificação desse imaginário da mulher negra utilizando sua própria fala, experiências e vivências dentro do contexto amazônico marajoara, sendo ela - mulher negra marajoara- autora e protagonista de sua própria história contada e lida.

2.2.1 Sentidos sobre ser negra

No Brasil a representação da mulher negra é percebida com mais intensidade após a ascensão da classe média ao final dos anos 90, entre os diferentes fatores, principalmente na criação das políticas afirmativas, como por exemplo a inserção de jovens negros nas universidades através das cotas raciais, regulamentada pela Lei nº 7.824/2012 que permitiu um percentual de vagas no ensino superior para negros e indígenas (OLIVEIRA, 2020). Um movimento, que embora lento, no sentido do alcance do número de pessoas negras nos espaços educacionais, também tem levado a (re)construções das representatividades desses grupos sociais historicamente excluídos.

A visibilidade das causas das mulheres negras e a luta por seus direitos têm sido pauta do movimento de empoderamento feminino. E uma das temáticas que envolve essa luta é a quebra das representações negativas historicamente construídas a respeito delas. Assim, as falas proferidas pelas participantes desta pesquisa, fomentam o debate e a reflexão na Amazônia marajoara acerca dos sentidos construídos sobre a mulher negra, visto que historicamente sofreram com a discriminação racial, de gênero e de classe, enraizadas na sociedade desde o processo de ocupação do arquipélago do Marajó, inclusive por causa das formas de tratamento e abandono que as populações oriundas do continente africano e as comunidades indígenas vivenciaram. Desta forma (re)construir os sentidos de si engendra uma rede de representações de gênero, origem, cor e posição social que convergem no debate

de representação social (re)construída e de uma identidade compreendida, reconhecida e vivenciada.

Hoje eu tenho orgulho de ser uma mulher preta, mas na minha infância e adolescência não era assim, pois eu sofria muito com o preconceito tanto na escola quanto por parte da minha parentela. (Participante A)

Me vejo em algumas situações invisibilizada, porém não abaixo a cabeça. [...]Minha irmã, preta, não sentia a necessidade de se ter um ensino superior até pouco tempo atrás[...]. (Participante B)

Ser mulher e preta sempre será um sinônimo de lutas. [...] Sem falar no estereótipo de mulher que já vem desde muito tempo e sendo preta ainda acrescentam condições inferiores a nós. [...] (Participante C)

Observa-se que os sentidos de “orgulho”, “invisível... sem baixar a cabeça” ou ainda “sinônimo de luta” que às participantes dessa pesquisa atribuem ao significado de serem mulheres negras estão diretamente ligados ao modo como foram e são tratadas e vistas na sociedade amazônica perante as condições de acesso à educação, saúde, moradia, trabalho e segurança, fatores essenciais para uma vida de qualidade.

Os sentidos entre invisibilidade, orgulho e luta constante refletem o nível de um autorreconhecimento de sentidos e significados (re)construídos a partir do ambiente até então negado, como por exemplo o ambiente educacional, como indicado na fala da participante B, onde a educação em seu espaço de fomento se transforma em um lócus de direito, interação social e de identificação social. Os Sentidos de si oriundos da percepção de cor e gênero, expressam na dinâmica temporal a luta ao combate da consciência do preconceito e estereótipo de seres inferiores marcadas pelas atitudes de enfrentamento nas ações do “ não abaixo a cabeça” no tempo presente e no tempo futuro , em que “Ser mulher e negra sempre será um sinônimo de lutas.”

Essa realidade reflete de muitas maneiras as realidades de múltiplas mulheres negras que enfrentam grossas barreiras socioculturais, racistas, machistas e sexistas que “impossibilitam” reconhecer-se enquanto uma mulher capacitada para ocupar o lugar que queira. Na tríade Mulher, negra e pobre (BRASIL DE FATO, 2020) reflete essa realidade ao descrever que desde a infância a mulher negra sofre discriminação que a impede da autoaceitação e

valorização de sua identidade por apreender desde cedo que sua “incapacidade” estaria diretamente relacionada ao seu gênero e a cor de pele.

Romper barreiras do sentimento de invisibilidade apresentado pela sujeita A, requer reconfigurar as representações negativas que marcam simbolicamente os lugares de “sobra” como descreve Lélia Gonzáles,

Aquele papo do “exige-se boa aparência”, dos anúncios de empregos, a gente pode traduzir por: “negra não serve”. Secretária, recepcionista de grandes empresas, balconista de boutique elegante, comissária de bordo etc. e tal são profissões que exigem contato com o tal do público “exigente” (leia-se: racista). Afinal de contas, para a cabeça desse “público”, a trabalhadora negra tem que ficar “no seu lugar”: ocultada, invisível, “na cozinha”. Como considera que a negra é incapaz, inferior, não pode aceitar que ela exerça profissões “mais elevadas”, “mais dignas” (ou seja: profissões para as quais só as mulheres brancas são capazes). E estamos falando de profissões consideradas “femininas” por esse mesmo “público” (o que também revela seu machismo). (GONZÁLES, 1982, p. 200)

Nesse processo de reconhecer-se como negras e detentoras do sentimento de luta e resistência é um prenúncio de conquistas baseadas em lutas duplamente enfrentadas que poderá desfazer a invisibilidade que atravessa estas mulheres pelo gênero e pela cor de pele. Entretanto, as dificuldades enfrentadas se intensificam pelas mesmas condições,

Tudo é mais difícil sendo mulher. Além das tarefas da Universidade como pesquisas, monitoria etc., ainda tenho os afazeres domésticos. (Participante A)

O fato de eu poder cursar uma graduação é motivo de orgulho para minha família e um incentivo aos que estão começando. (Participante B)

Me sinto testada todos os dias como se eu tivesse que me esforçar muito mais do que homens ou mulheres brancas de uma condição financeira melhor que a minha. Ser mulher e preta na Universidade é ter que lutar para ser enxergada, para ser ouvida, para ser respeitada. (Participante C)

A partir dos discursos das sujeitas, implicamos dizer que no processo de resistência contra a invisibilidade feminina outras existências e vivências são apreendidas e os sentidos e significados sobre ser mulher negra são (re)construídos nesse processo de autorreconhecimento. As mulheres negras adquirem novos conhecimentos sobre a sua própria condição, quando muitas não possuem ainda o olhar sobre o seu corpo enquanto mulher negra e iniciam

esse processo de autorreconhecimento ou não, quando se deparam com as diferenças e comparações negativas principalmente de capacidade intelectual.

Ressalta-se que mesmo em outras condições como estudantes por exemplo, elas não se desatrelam de seu gênero, ainda são mulheres, ainda possuem a carga dos afazeres domésticos, do cuidado com a família e com a casa como primeira obrigação como Foucault (1997) e Rodrigues (2016) apontam em seus estudos dizendo que as mulheres já tem funções pré-definidas socialmente a partir do seu gênero e, quando se trata da mulher negra, os estereótipos são recriados principalmente pela historicidade que seu corpo carrega, seja da escravidão e da subserviência ou mesmo na atualidade onde essas mesmas condições históricas se transportam de um passado remoto ao presente expondo e reafirmando as marcas de exclusão e inferioridade social e educacional. Cabe, portanto, refletir como a mulher negra resiste diante da necessidade de provar sua capacidade, seja na universidade ou mesmo enquanto mulher...

A representatividade de cor para mim é a mais importante, visto que é nela que eu me identifico. (Participante A).

Significa que, quanto mais a gente vê mulheres, ainda por cima pretas, chegarem à universidade isso se torna uma ferramenta para que a população preta se veja em lugares diferentes dos mostrados nos noticiários. (Participante B)

Acredito que não há lugar melhor do que a Universidade em termos de representatividade. (Participante C)

Dessa forma, para as sujeitas dessa pesquisa, agregar a educação universitária à representatividade e à construção de sua identidade significa que essas representatividades de gênero e cor se confrontam em sentimentos de pertença, como revelou a participante C, tratando em suas palavras de um processo de identificação. Na fala da sujeita A, existe uma ultrapassagem subjetiva entre o Eu e Outro e ganha os contornos da intersubjetividade Eu-Outro-Outros, ou seja, o seu processo de identificação fomenta a possibilidade de outras mulheres negras perceberem a Universidade como um lugar possível de ser ocupado, como nos diz a sujeita B, quando aponta a importância de ser ter mulheres negras ocupando outros lugares que não aqueles determinados pela história.

Portanto, a relação estabelecida no processo de identificação da mulher enquanto negra e universitária corrobora com a visão do Feminismo

Interseccional de Akotirene (2019) que entende que a interseccionalidade é um sistema de opressão interligado que circunda a vida de mulheres negras no encontro de avenidas identitárias perdendo seu verdadeiro conceito quando apropriado de forma errônea e violento contra os corpos femininos negros. A partir dessa ideia de interseccionalidade de diferentes identidades a serem construídas, é necessário trazer à tona a indiferença de necessidades entre mulheres provenientes de diferentes cores de pele, reafirmando que para além das condições de gênero, as mulheres negras esbarram em muros limitantes que circundam a trajetória universitária e por conseguinte a profissional em que o pensamento sexista segrega e o racista “condena” a classe feminina negra. Sobre essa questão...

Para a mulher negra inexistente o tempo de parar de trabalhar, vide o racismo estrutural, que as mantém fora do mercado formal, atravessando diversas idades no não emprego, expropriadas; e de geração, infantil, porque deve fazer o que ambos - marido e patroa - querem, como se faltasse vontade própria e, o que é pior, capacidade crítica. Independentemente da idade, o racismo infantiliza as mulheres negras. Velhice é como raça vivida; é classe - raça cruza gerações, envelhecendo mulheres negras antes do tempo. (AKOTIRENE, 2019, p.18).

A interseccionalidade direciona um pensamento de não separação de opressões de raça, classe e sexo na vida de mulheres negras que quase sempre são experimentadas concomitantemente. A vista disso a Universidade aparece como espaço detentor de conhecimento englobando uma série de condições para transformar através da educação a vida de cada mulher negra que nela consegue adentrar. Daí a expressão de “orgulho” repetidas vezes manifestado como sentimento tradutor da experiência da mulher negra na conquista do acesso à Universidade, mesmo reconhecendo que o alcance desse direito é resultado de luta e resistência (individual e coletiva) onde ainda precisa ser reafirmado em cada novo ciclo social que se constrói neste lugar de conhecimento mútuo. No fim das contas, o problema é a metodologia utilizada para se obter respostas identitárias distanciadas da matriz colonial e independente da epistemologia europeia ocidental que prega a ideia da mulher universal e marxista que indica uma mulher domesticada inserida em um sistema capitalista onde as negras são relacionadas a escravidão, onde este

ultimo afasta as mulheres negras do pensamento de classe trabalhadora e da própria identidade de mulher. (AKOTIRENE, 2018).

Em vez de somar identidades, analisa-se quais condições estruturais atravessam corpos, quais posicionalidades reorientam significados subjetivos desses corpos, por serem experiências modeladas por e durante a interação das estruturas, repetidas vezes colonialistas, estabilizadas pela matriz de opressão, sob a forma de identidade. (AKOTIRENE, 2018, p. 43-44).

Assim, simbolicamente, no processo de luta, cada conquista é um degrau escalado: O Primeiro, seria superar o preconceito do gênero, que embora já seja um delimitador complexo para as participantes deste estudo, sempre esteve intimamente atrelado ao segundo degrau a ser superado que está relacionado ao preconceito da cor. Talvez seja o mais difícil por conta da historicidade que elas carregam marcadas pelos estigmas da escravidão e exclusão na região em que vivem, onde ser mulher negra significa a necessidade de dois grandes passos a serem dados para alcançar o rompimento do lugar de subalterna socialmente desenhado.

O terceiro degrau seria as condições sociais e econômicas, resultantes dos anteriores onde as expectativas de sobrevivência, advém da historicidade do indivíduo e do núcleo social em que ele se encontra e se reconhece. Desta forma, quando mulheres negras apontam que quanto mais mulheres negras na Universidade existirem, mais influenciarão a entrada de outras, indicando que estas mesmas mulheres nas mesmas condições estão conseguindo ultrapassar os três degraus aqui representados. Pois para Veiga (2020) a ocupação de espaços públicos [como a Universidade] já é um começo, mas está distante de dar conta da complexidade da contextualização de identidade de corpos defronte a emergência de protagonismo feminino negro que ainda tateia e luta por um lugar seu na história.

2.2.2 Sentidos de ser mulher negra pelas mulheres marajoaras e identidade social

Desta maneira os resultados obtidos neste estudo estão organizados a partir da forma sistêmica, passando para a complementação de frases formando as RS's das sujeitas relacionadas a si mesmas, aos outros e ao grupo que pertence. A autodescrição de si, se reflete nas construções identificadas no

processo de formação enquanto ser social que tem início no âmbito familiar, mas que pode ser modificado por meio das interações sociais de outros meios, como a experiência de ser universitário. Interações que podem (re)construir as representações que cada participante constrói sobre si como mulher negra diante dos sentidos de: a) orgulho e enfrentamentos de duplas jornadas por ser mulher universitária; b) ruptura de ciclo de vida e Modelo para novas mulheres; c) sinônimo de lutas contra opressões.

Na dinâmica do como as participantes da pesquisa se veem e como elas se relacionam as outras mulheres negras revelam um processo de conflitos que provocam mudanças em seu universo representacional, ou seja, o lugar do passado histórico (re)significado por diferentes domínios de saber, vivido no perímetro da história pessoal e em contextos interacionais, se inscrevem nas nossas chaves de leitura do mundo, de novas representações, já que vivemos imersos num presente que se renova sem cessar o qual termina por interferir em um futuro propositivo (SPINK, 1993).

A partir desse pensamento, Patricia Hill Collins (2019) corrobora indicando que não basta ser negra ou negro, é preciso ter pensamento progressista e descolonizado onde se cultive o “(auto)amor” e eleve a negritude de raça para um ato político. Por conseguinte, há a necessidade de uma teoria que trate sobre a importância de admitir que o reconhecimento e a aceitação positiva da diferença são pontos de partida necessários para trabalhar a erradicação da supremacia branca que segundo Hooks (2019) há uma obsessão dos negros pela supremacia branca que por vezes acaba expondo um ódio racial internalizado nesta classe podendo ser combatido com o compartilhamento de “pequenos gestos de amor uns com os outros na vida cotidiana” (HOOKS, 2019, p. 3-38)

A dupla jornada enquanto mulher e universitária, sobrecarrega mulheres negras mesmo as que ainda não são mães, pois continuam sendo mulheres com papéis pré-definidos pela sociedade em torno do lar e da família, não lhe permitindo a opção em escolher quanto tempo dedica para cada atividade a ela atribuída. No caso de mulheres negras como a participante C deste estudo, a condição materna agrava ainda mais essa carga feminina dela justificada pelo pressuposto da dimensão patriarcal do homem como ser provedor e da mulher como a responsável por todas as outras dimensões da vida: a família, as

responsabilidades domésticas e o âmbito afetivo e subjetivo, definindo assim o papel secundário da mulher. (SAFFIOTI, 2004).

Diante deste cenário, a chegada à Universidade não é suficiente para mudar uma historicidade de lutas por direitos e melhores condições de vida e trabalho, como diria Henriques (2016) é imprescindível que estas mulheres possam ter liberdade de escolha, o que implica consolidar condições necessárias a permanência delas na Universidade principalmente às mães e chefes de família, para que possam estudar e trabalhar sem ter que se culpabilizar em “abandonar” a família pela ruptura do papel a elas determinado socialmente.

Assim, quando mulheres negras se autorreconhecem como tal partindo de um olhar individual que se (re)constrói em um núcleo coletivo identificador de pertença, confirmam que os conhecimentos, experiências e vivências dessas mulheres negras marajoaras são individuais e coletivas ao passo que estão situadas em estruturas sociais e culturais de gênero, raça, cor e classe sendo atravessadas por essas identidades individuais e coletivas de outras mulheres nas mesmas condições experienciadas.

3 REVERBERAÇÕES NAS IDENTIDADES SOCIAIS

De acordo com Xavier (2019, p. 92) “[...] dar sustentabilidade ao trabalho de reposicionar as narrativas de mulheres negras as margens para o centro da produção acadêmica é trabalhar para reeducar as relações de gênero e raça no Brasil”. E para isso, os resultados apresentados neste estudo, permitiram estabelecer graus de identificação dos indivíduos com seus pares onde reverberações foram encontradas no autorreconhecimento de uma identidade conhecida de nossas participantes, consigo mesmas e com os indivíduos de outros grupos com os quais convive e com a sociedade, a partir de suas próprias narrativas, permitindo a construção de suas Representações Sociais, atribuindo valores a cada uma dessas representações, positivamente ou negativamente dando significância as suas percepções identitárias comuns, individuais e coletivas.

Desta maneira, as representações sociais (re) construídas por nossas participantes nos mostram que a identidade, o discurso e ação são categorias que se cruzam resultando na concepção de representações sociais a partir de uma identidade social entendida e compreendida em um ambiente exterior que

permita a integração do objeto com o indivíduo na conceituação e geração de novas representações. Diante disso, assimila-se, portanto, a indissociabilidade entre o sujeito e a sociedade, bem como o interno e externo evidenciando a relação entre sujeito e objeto, diante da aceitação individual de uma realidade construída simbolicamente mediante representações (re)criadas a partir da relevância do contexto social, material e ideativo, onde esse sujeito consegue desenvolver ações individuais sociais e posteriormente coletivas em seu grupo.

Desta forma, para que o indivíduo social, não só “viva”, mas sim “exista” em determinado grupo, possuindo valores, crenças e comportamentos oriundos de uma identidade compreendida a partir de sua identificação com seus semelhantes, aquele deve partir de suas interações sociais com os outros e o meio em que vive onde se identifica como ser social e constrói a sua individualidade com suas próprias representações que estarão sempre em um movimento de reconstrução mediante a ocorrência de trocas de experiências com o(s) grupo(s) ao(s) qual(s) possui sentimento de pertença e com os demais diferentes de si.

Neste sentido, através da Teoria Ego ecológica foi possível compreender de forma mais clara e individual as reverberações de cada participante desse estudo a partir de seu ambiente e de suas experiências e vivências onde pudemos assimilar que o ambiente externo colabora influenciando na concepção de uma identidade social e de posteriores representações acerca de um fenômeno como objeto investigado, onde a Teoria Ego - ecológica consegue apresentar os fatores influentes de forma sistematizada, dinâmica e flexível, sempre objetivando conhecer e compreender o indivíduo, o seu contexto social e suas relações com si mesmo e com os grupos sociais de pertencimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, percebemos como se reconstroem representações e abalam-se ideologias da historicidade do corpo feminino como reprodutor e da mulher como provedora de cuidados. Para além do espaço determinado historicamente, as sujeitas dessa pesquisa se olham e se reconhecem como mulheres de direitos e de poder, usando as suas próprias experiências como bases de apoio às novas estruturas que desejam construir para si e demais mulheres. Assim, as representações sociais (re) construídas por nossas sujeitas nos mostram que a identidade, o discurso e ação são categorias que se encontram resultando na

concepção de representações sociais entendendo que o ambiente exterior permite a integração do objeto com o indivíduo na conceituação e geração de novas representações. Diante disso, assimila-se, portanto, a indissociabilidade entre o sujeito e a sociedade, bem como o interno e externo evidenciando a relação entre sujeito e objeto, diante da aceitação individual de uma realidade construída simbolicamente mediante representações (re)criadas a partir da relevância do contexto social, material e ideativo, onde esse sujeito consegue desenvolver ações individuais sociais e posteriormente coletivas em seu grupo.

Essa pesquisa possibilitou perceber que é necessário que o indivíduo possua uma representação mais abrangente a respeito de si mesmo para que ele se perceba como o resultado de sua interação com as pessoas e com a sociedade. Prosseguem afirmando que a percepção do sujeito acerca de seus pares e dos indivíduos dos outros grupos se relaciona diretamente com as significações imaginárias e reais que a pessoa possui acerca de si mesmo. Assim o presente trabalho pretende contribuir com novas possibilidades de estudos e investigação científica acerca do feminismo como fenômeno social na vida de mulheres pretas considerando suas especificidades de origem, etnia, classe social e gênero, levando em conta ainda suas experiências advindas de uma realidade específica: a Amazônia marajoara.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro/Pólen, 2018. (Coleção Feminismos plurais).

ANDRADE, C. A construção da Identidade, Autoconceito e Autonomia em Adultos Emergentes. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 20, n. 1, Jan/abr. 2016; 137-146. São Paulo, 2016. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/304453598_Andrade_C_2016_A_construcao_da_Identidade_Auto-conceito_e_Autonomia_em_Adultos_Emergentes_Psicologia_Escolar_e_Educacional_20_1_137-146_doi_httpdxdoiorg1015902175-353920150201944.

Acesso em: 11/06/2022.

BRASIL DE FATO. **Cor, gênero e classe: os desafios da mulher preta**. Por Catarina Barbosa, Belém (PA), 2020. Disponível em:

https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:XJhixYmS_B8J:http://www.brasildefato.com.br/2020/07/08/cor-genero-e-classe-os-desafios-da-mulher-preta+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 15/06/2022

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *In*: UNIVERSITY OF CHICAGO LEGAL FORUM. Ano 1989: v. 1, n. 8, p. 139-167. Disponível em: "[Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Cri](https://www.uchicago.edu/~kcrenshw/legforum/v1n8/crenshw.html) by Kimberle Crenshaw ([uchicago.edu](https://www.uchicago.edu)) Acesso em: 10/03/2023.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Trad. Renato Silveira. Salvador: Edufba, 2008. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/05/Frantz-Fanon-Pele-negra-mascaras-brancas.pdf>. Acesso em: 15/06/2022

FERNANDES, Karina Ribeiro; ZANELLI, José Carlos. O processo de construção e reconstrução das identidades dos indivíduos nas organizações. *Rev. adm. contemp.*, Curitiba, v. 10, n. 1, p. 55-72, Mar. 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552006000100004#:~:text=J%C3%A1%20a%20identidade%20social%20refere,grupos%2C%20emocionalmente%20significantes%20para%20ele.&text=Podemos%20afirmar%2C%20oportuno%2C%20que%20quanto,organiza%C3%A7%C3%A3o%2C%20maior%20o%20comprometimento%20odesses. Acesso em: 20/06/2022

FOUCAULT, M. **História da sexualidade - vontade de saber**. 13. ed. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque, Rio de Janeiro: Graal, 1997. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2940534/mod_resource/content/1/Hist%C3%B3ria-da-Sexualidade-1-A-Vontade-de-Saber.pdf Acesso em: 15/06/2022

GOMES, Nilma Lino. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou resignificação cultural? **Revista Brasileira de Educação**, n. 21, p. 40-51, set./dez. 2002, p. 42. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/D7N3t6rSxDjmrxrHf5nTC7r/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13/06/2022

GONZALEZ, Lélia. A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social. **Raça e Classe**, Brasília, ano 2, n. 5, p. 2, nov./dez. 1988.

HABERMAS, Jürgen. **Para a Reconstrução do Materialismo Histórico**. 2. ed., São Paulo, Brasiliense, 1990

HERRERO, Thais. O que querem as mulheres da Ilha do Marajó? Movimento pela igualdade de gênero ganha força na Amazônia-combate à violência e promoção de saúde estão na pauta. **Revista Época**, 2016. Disponível em: <https://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/blogdoplaneta/amazonia/noticia/2015/07/oque-querem-mulheres-da-ilha-do-marajo.html>. Acesso em: 15/06/2022

HOOKS, Bell. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019a.

JACQUES, M. da G. C. Identidade. *In.*: JACQUES, M. da G. C., et al. **Psicologia social contemporânea**. Petrópolis: Vozes, pp. 159-167, 2001.

JODELET, D. Représentations sociales: un do-main en expansion, 1989. *In.*: JODELET, D.(org.). **Les Représentations Sociales**. Paris: Presses Universitaires de France, 1989,p. 31-61.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão, 2001. *In.*: JODELET, Denise (ed.), **As representações sociais**. Rio de Janeiro: UERJ. p. 17-44.

JODELET, Denise. As representações sociais no campo da cultura. **O social em questão**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 9, 2003, p.7-27.

JOVCHELOVITCH, S. **Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

JURANDIR, Dalcídio. **Chove nos campos de Cachoeira**. Belém: Cejup/Secult, 1997.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MELLO, Rosâne; FUREGATO, Antônia Regina Ferreira . Teoria ego-ecológica e o estudo da identidade social : aplicabilidade em pesquisas de enfermagem. **Esc. Anna Nery**, v.15 n.4 Rio de Janeiro Oct./Dec. 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452011000400023. Acesso em: 15/06/2022

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **Identidades fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula**, Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002. (Coleção Letramentos, educação e sociedade).

MOITA LOPES, Luiz Paulo da (org.). **Discurso de identidades: discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família**. Campinas: Mercado das Letras, 2003.

MOSCOVICI, S., & ZAVALLONI, M. The group as a polarizer of attitudes. **Journal of Personality and Social Psychology**, v.12, n. 2, 1969, p. 125–135. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/1969-12889-001>. Acesso em: 12/06/2022

MOSCOVICI, S. **La psychanalyse: son image et son public**. Paris: PUF, 1976.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

MOSCOVICI, S. **Lo social em tiempos de transición**. Entrevista concedida a Mireya Losada). Venezuela, 1999. p. 302-305.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social; Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MUNANGA, K. Algumas considerações sobre "raça", ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos. **Revista USP**, v. 68, 2006, p. 46-57. Disponível em:
<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13482>. Acesso em: 10/06/2022

NETO, Pedro L. C. **Estatística**. São Paulo: Ed. Blücher Ltda, 1977.

OLIVEIRA, Kamila Pimenta de. **Um estudo sobre a importância do feminismo**: fenômeno social fruto da desigualdade de gênero e da privação dos direitos à individualidade. 2019, 55f. Monografia (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Anápolis Unievangélica, Campus CERES, Goiás, 2019. Disponível em:
<http://repositorio.aee.edu.br/jspui/bitstream/aee/5991/1/MONOGRAFIA%20CURSO%20DE%20DIREITO%20KAMILA%20PIMENTA%20DE%20OLIVEIRA.pdf>. Acesso em: 12/06/2022

OLIVEIRA, Thayná Vieira de. Cota racial na universidade como inclusão étnico-racial. **Revista Educação Pública**, v. 20, n. 15, 28 abr. 2020. Disponível em:
<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/15/cota-racial-na-universidade-como-inclusao-etnico-racial>. Acesso em: 15/06/2022

PACHECO, Agenor Sarraf; CAETANOS, Viviane Nunes da Silva; BALIEIRO, Maria Nery Pareira. **Artes da memória marajoara**: (Auto)biografias e Interculturalidades nas Telas de Maria Nery Balieiro, 2014. Disponível em:
https://evento.ufal.br/anaisreaabanne/gts_download/Vivianne%20Nunes%20da%20Silva%20Caetano%20-%20201020413%20-%20203787%20-%20corrigido.pdf. Acesso em: 12/06/2022

PACHECO, Agenor. Diásporas africanas e contatos afroindígenas na Amazônia Marajoara (African diasporas and afroindígenas contacts in Marajoara Amazon). **Cadernos de História**. v. 17, n. 26, p. 27-63, 2016. Disponível em:
<http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernohistoria/article/view/P.2237-8871.2016v17n26p27>. Acesso em: 18/06/2022

PICANÇO, Eloane Janay dos Santos; et al. **Pajés, benzedores, puxadores e parteiras**: os imprescindíveis sacerdotes do povo na Amazônia. UFOPA, 2016. Disponível em: <https://paginas.uepa.br/herbario/wp-content/uploads/2018/02/Paj%C3%A9s-Benedores-miolo-17jun16.pdf>. Acesso em: 20/12/2020

RODRIGUES, Carla; BORGES, Luciana; RAMOS, Tânia Regina Oliveira (Org.). **Problemas de gênero**. Rio de Janeiro: Funarte, 2016.- Coleção Ensaios Brasileiros Contemporâneos.

SAFFIOTI, H.I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. (Coleção Brasil Urgente).

SOUSA, Maria Páscoa Sarmiento de; FREITAS, Alice Rodrigues de. Ofício das matas e das águas: sabedoria e medicina caboclas em Salvaterra. In: PAJÉS, BENZEDORES, PUXADORES E PARTEIRAS: OS INVISÍVEIS E IMPRESCINDÍVEIS SACERDOTES DO POVO NA AMAZÔNIA, 2016.

Disponível em:

http://www.ufopa.edu.br/media/file/site/ufopa/documentos/2019/0257e12537b267b4391b66dd10062a8f_WaoHHqV.pdf. Acesso em: 15/06/2022

SPINK, Mary Jane P.. O conceito de representação social na abordagem psicossocial. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, Set. 1993, p. 300-308. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csp/a/3V55mtPK8KXtksmhbkctkj/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 11/06/2022

VEIGA, Ana. Uma virada epistêmica feminista (negra): conceitos e debates. **Revista Tempo e Argumento**, v. 12, n. 29, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3381/338163000003/html/>. Acesso em: 30 mar 2023

XAVIER, Giovana. **Você pode substituir mulheres negras como objeto de estudo por mulheres negras contando sua própria história**. Rio de Janeiro: Malê, 2019.

ZAVALLONI, M. Cognitive processes and social identity through focused introspection. **European Journal of Social Psychology**, [s. l.], v. 1, n. 2, 1971, p. 235–260. Disponível em: <https://search.ebscohost.com.ez3.periodicos.capes.gov.br/login.aspx?direct=true&db=aph&AN=12051256&lang=pt-br&site=ehost-live>. Acesso em: 15/06/2022

ZAVALLONI, M. Subjective culture, self concept and the social environment. **Intern J. Psychol.** 1973; v. 8, n. 3, 1973. p. 183-92. Disponível em;

<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1080/00207597308247074>. Acesso em: 15/06/2022

ZAVALLONI, Marisa. Social identity : Perspectives and prospects. **Social science information**, v. 12 n. 3, Jun. 1973.

ZAVALLONI, M. & LOUIS-GUÉRIN, C. **Identité sociale et conscience**: Introduction à l'égo ecologie. Quebec: Les presses de l'Université de Montreal, 1984.

ZAVALLONI, M. & LOUIS-GUÉRIN, C. L'égo-ecologie comme étude de l'interaction symbolique et imaginaire de soi et des autres. **Sociologie et sociétés**, v.19, n. 2, out. 1987, p.65-75.

Recebido em Julho de 2022
Aprovado em Abril de 2023